

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Emenda Constitucional n. 106, de 7 de maio de 2020 Publicada no D.O.U. de 8 maio 2020	Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.
--	---

1.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar n. 173, de 27 de maio de 2020 Publicada no D.O.U. de 28 maio 2020	Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.
Lei Complementar n. 172, de 15 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 16 abr. 2020	Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.

1.3 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 14.018, de 29 de junho de 2020 Publicada no D.O.U. de 30 jun. 2020	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).
Lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020 Publicada no D.O.U. de 30 jun. 2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
Lei n. 14.016, de 23 de junho de 2020 Publicada no D.O.U. de 24 jun. 2020	Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.
Lei n. 14.015, de 15 de junho de 2020 Publicada no D.O.U. de 16 jun. 2020	Altera as Leis nos 13.460, de 26 de junho de 2017, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre a interrupção e a religação ou o restabelecimento de serviços públicos.
Lei n. 14.013, de 10 de junho de 2020 Publicada no D.O.U. de 12 jun. 2020	Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020, e dá outras providências.
Lei n. 14.010, de 10 de junho de 2020 Publicada no D.O.U. de 12 jun. 2020	Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).

<p>Lei n. 14.009, de 3 de junho de 2020 Publicada no D.O.U. de 14 jun. 2020</p>	<p>Altera o art. 125 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência nas salas de cinema.</p>
<p>Lei n. 14.008, de 2 de junho de 2020 Publicada no D.O.U. de 3 jun. 2020</p>	<p>Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 343.623.574.293,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.007, de 2 de junho de 2020 Publicada no D.O.U. de 3 jun. 2020</p>	<p>Extingue o fundo formado pelas reservas monetárias de que trata o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966; dispõe sobre a destinação dos recursos oriundos do fundo; revoga o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.006, de 28 de maio de 2020 Publicada no D.O.U. de 29 maio 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.002, de 22 de maio de 2020 Publicada no D.O.U. de 25 maio 2020</p>	<p>Altera as Leis nos 11.371, de 28 de novembro de 2006, e 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor a respeito das alíquotas do imposto sobre a renda incidentes nas operações que especifica, e as Leis nos 9.825, de 23 de agosto de 1999, 11.356, de 19 de outubro de 2006, e 12.462, de 4 de agosto de 2011; autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); extingue o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); revoga a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.001, de 22 de maio de 2020 Publicada no D.O.U. de 22 maio 2020- Edição extra</p>	<p>Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020.</p>
<p>Lei n. 14.000, de 19 de maio de 2020 Publicada no D.O.U. de 20 maio 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.</p>
<p>Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020 Publicada no D.O.U. de 19 maio 2020</p>	<p>Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nos 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999.</p>
<p>Lei n. 13.998, de 14 de maio de 2020 Publicada no DOU de 15 maio 2020</p>	<p>Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 13.995, de 5 de maio de 2020 Publicada no D.O.U. de 6 maio 2020</p>	<p>Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.</p>

<p>Lei n. 13.994, de 24 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 27 abr. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para possibilitar a conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.</p>
<p>Lei n. 13.993, de 23 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 24 abr. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.</p>
<p>Lei n. 13.992, de 22 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 23 abr. 2020</p>	<p>Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p>
<p>Lei n. 13.989, de 15 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 16 abr. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).</p>
<p>Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 14 abr. 2020 - Edição extra</p>	<p>Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nos 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.</p>
<p>Lei n. 13.987, de 7 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 7 abr. 2020 - Edição extra</p>	<p>Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.</p>
<p>Lei n. 13.986, de 7 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 7 abr. 2020 - Edição extra</p>	<p>Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera as Leis nos 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 5.709, de 7 de outubro de 1971, 6.634, de 2 de maio de 1979, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 11.116, de 18 de maio de 2005, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967; revoga dispositivos das Leis nos 4.728, de 14 de julho de 1965, e 13.476, de 28 de agosto de 2017, e dos Decretos-Leis nos 13, de 18 de julho de 1966; 14, de 29 de julho de 1966; e 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 13.985, de 7 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 7 abr. 2020 - Edição extra</p>	<p>Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).</p>
<p>Lei n. 13.984, de 3 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 3 abr. 2020 - Edição extra B</p>	<p>Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial.</p>

<p>Lei n. 13.983, de 3 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 3 abr. 2020 - Edição extra B</p>	<p>Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020.</p>
<p>Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020 Publicada no D.O.U. de 2 abr. 2020 - Edição extra A</p>	<p>Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</p>

1.4 DECRETOS

<p>Decreto n. 10.412, de 30 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 1º jul. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para prorrogar o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.</p>
<p>Decreto n. 10.411, de 30 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 1º jul. 2020</p>	<p>Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.</p>
<p>Decreto n. 10.410, de 30 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 1º jul. 2020</p>	<p>Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.</p>
<p>Decreto n. 10.407, de 29 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 30 jun. 2020</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.</p>
<p>Decreto n. 10.405, de 25 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 25 jun. 2020- Edição extra</p>	<p>Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o Decreto nº 5.820, de 29 junho de 2006, o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, e o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, aprovado pelo Decreto nº 9.942, de 25 julho de 2019, para dispor sobre a execução dos serviços de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão.</p>
<p>Decreto n. 10.404, de 22 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 23 jun. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, que institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 .</p>
<p>Decreto n. 10.403, de 19 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 19 jun. 2020 - Edição extra</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.</p>
<p>Decreto n. 10.402, de 17 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 17 jun. 2020 - Edição extra</p>	<p>Dispõe sobre a adaptação do instrumento de concessão para autorização de serviço de telecomunicações e sobre a prorrogação e a transferência de autorização de radiofrequências, de outorgas de serviços de telecomunicações e de direitos de exploração de satélites.</p>

Decreto n. 10.401, de 17 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 17 jun. 2020 - Edição extra	Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.
Decreto n. 10.398, de 16 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 17 jun. 2020	Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
Decreto n. 10.395, de 10 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 10 jun. 2020 - Edição extra	Altera o Anexo ao Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.
Decreto n. 10.394, de 10 de junho de 2020 Publicado no DOU de 10.6.2020 - Edição extra	Altera o Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020, que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.
Decreto n. 10.393, de 9 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 10 jun. 2020	Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.
Decreto n. 10.388, de 5 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 5 jun. 2020 - Edição extra	Regulamenta o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores.
Decreto n. 10.387, de 5 de junho de 2020 Publicado no D.O.U. de 5 jun. 2020 - Edição extra	Altera o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, para dispor sobre incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais.
Decreto n. 10.384, de 28 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 29 maio 2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a apresentação obrigatória para o alistamento militar devido ao enfrentamento da pandemia da covid-19 .
Decreto n. 10.382, de 28 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 29 maio 2020	Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e remaneja, em caráter temporário, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE para o Ministério da Economia.
Decreto n. 10.377, de 27 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 28 maio 2020	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
Decreto n. 10.375, de 26 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 27 maio 2020	Institui o Programa Nacional de Bioinsumos e o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos.
Decreto n. 10.373, de 26 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 27 maio 2020	Institui o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio e altera o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.

Decreto n. 10.360, de 21 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 22 maio 2020	Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.
Decreto n. 10.356, de 20 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 21 maio 2020	Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação
Decreto n. 10.351, de 18 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 19 maio 2020	Altera o Decreto nº 10.159, de 9 de dezembro de 2019, que institui o Comitê de Governança Digital da Presidência da República.
Decreto n. 10.350, de 18 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 18 maio 2020- Edição extra	Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.
Decreto n. 10.347, de 13 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 14 maio 2020	Dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas, em âmbito federal.
Decreto n. 10.345, de 11 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 12 maio 2020	Dispõe sobre a composição e as competências do Conselho de Participação de Fundos Garantidores para Cobertura de Riscos em Operações de Projetos de Infraestrutura de Grande Vulto e sobre o Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior.
Decreto n. 10.344, de 11 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 11 maio 2020 - Edição extra	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Decreto n. 10.342, de 7 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 7 maio 2020 - Edição extra	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Decreto n. 10.341, de 6 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 7 maio 2020	Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.
Decreto n. 10.340, de 6 de maio de 2020 Publicado no D.O.U. de 7 maio 2020	Altera o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto n. 10.333, de 29 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 30 abr. 2020	Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social.
Decreto n. 10.332, de 28 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 29 abr. 2020	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
Decreto n. 10.329, de 28 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 29 abr. 2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Decreto n. 10.325, de 22 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 23 abr. 2020	Institui o Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação.
Decreto n. 10.324, de 22 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 23 abr. 2020	Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020.
Decreto n. 10.323, de 17 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 20 abr. 2020	Altera a relação a que se refere a Seção I do Anexo III à Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020.
Decreto n. 10.321, de 15 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 16 abr. 2020	Regulamenta a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2020 a 2023, e altera o Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019, que institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
Decreto n. 10.320, de 9 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 13 abr. 2020	Institui o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e o seu Comitê Interministerial Executivo.
Decreto n. 10.318, de 9 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 9 abr. 2020 - Edição extra	Reduz temporariamente as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os produtos que menciona.
Decreto n. 10.316, de 7 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 7 abr. 2020 - Edição extra	Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Decreto n. 10.315, de 6 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 7 abr. 2020	Prorroga, de ofício, a vigência de instrumentos e o prazo para bloqueio dos restos a pagar de transferências voluntárias.
Decreto n. 10.314, de 6 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 7 abr. 2020	Altera o Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto n. 10.312, de 4 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 4 abr. 2020 - Edição extra	Amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.
Decreto n. 10.311, de 3 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 3 abr. 2020 - Edição extra	Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos
Decreto n. 10.310, de 2 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 3 abr. 2020	Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020, para adiar prazos e etapas que estabelecem.

Decreto n. 10.309, de 2 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 3 abr. 2020	Altera o Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto n. 10.308, de 2 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 3 abr. 2020	Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19).
Decreto n. 10.306, de 2 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 3 abr. 2020	Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.
Decreto n. 10.305, de 1 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 2 abr. 2020	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
Decreto n. 10.302, de 1 de abril de 2020 Publicado no D.O.U. de 1º abr. 2020 - Edição extra - A	Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar n. 223, de 17 de junho de 2020 Publicada no D.O.E. de 23 jun. 2020	Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Lei Complementar n. 222, de 5 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de 5 maio 2020	Dispõe que a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná passa a funcionar na forma que especifica, alterando sua denominação para Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná.
Lei Complementar n. 221, de 6 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 7 abr. 2020	Transfere os recursos do Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Paraná, instituído pela Lei Complementar nº 154, de 10 de janeiro de 2013, para o Fundo Estadual de Saúde do Paraná, a fim de viabilizar, prioritariamente, as medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2.
Lei Complementar n. 220, de 2 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 2 abr. 2020	Transfere recursos do Fundo da Defensoria Pública, instituído pela Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, para o Fundo Estadual de Saúde do Paraná, a fim de viabilizar, prioritariamente, as medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2.

2.2 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 20.245, de 17 de junho de 2020 Publicada no D.O.E. de 23 jun. 2020	Altera a Lei nº 19.983, de 28 de outubro de 2019, que institui o regime de compensação de horas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
--	--

Lei n. 20.243, de 17 de junho de 2020 Publicada no D.O.E. de 23 jun. 2020	Proíbe os estabelecimentos que especifica de cobrar mais de um ingresso nos casos em que, por necessidade especial ou deficiência, o espectador necessite ocupar mais de um assento.
Lei n. 20.240, de 10 de junho de 2020 Publicada no D.O.E. de 15 jun. 2020	Dispõe sobre a Força Estadual da Saúde do Paraná.
Lei n. 20.239, de 10 de junho de 2020 Publicada no D.O.E. de 15 jun. 2020	Obriga a disponibilização de produto antisséptico em banheiros de uso coletivo para higienização dos assentos sanitários.
Lei n. 20.224, de 26 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de Publicada no D.O.E. de 26 maio 2020	Dispõe sobre a possibilidade do emprego de cartões de débito e crédito como meio de pagamento nos Cartórios Extrajudiciais do Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei n. 20.221, de 26 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de 26 maio 2020	Altera-se a Lei nº 16.595, de 25 de outubro de 2010, que dispõe que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e dos órgãos que especifica que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.
Lei n. 20.213, de 18 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de 20 maio 2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios notificarem a Secretaria de Saúde em caso de suspeição ou confirmação de casos de Covid-19 e outras doenças infecciosas, altera a Lei nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, e dá outras providências.
Lei n. 20.212, de 20 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de 20 maio 2020	Revoga a Lei nº 15.742, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe que os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, bem como os órgãos autônomos e empresas sob o controle estatal adotarão, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos.
Lei n. 20.211, de 18 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de 20 maio 2020	Revoga a Lei nº 14.058, de 24 de junho de 2003, que dispõe sobre normas de utilização de programas de computação por órgãos da Administração Pública.
Lei n. 20.210, de 18 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de 20 maio 2020	Revoga a Lei nº 14.195, de 12 de novembro de 2003, que dispõe que preferencialmente será adotado sistema operacional aberto para a execução de programas de computador.
Lei n. 20.209, de 30 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 20 maio 2020	Dispõe sobre a adoção de medidas para combater a propagação de doenças transmitidas por vetores, tais como dengue, febre amarela, chikungunya, zika vírus e outras zoonoses.
Lei n. 20.207, de 19 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de 20 maio 2020	Altera dispositivo da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.
Lei n. 20.205, de 13 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de 20 maio 2020	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública no estado do Paraná.
Lei n. 20.199, de 5 de maio de 2020 Publicada no D.O.E. de 6 maio 2020	Estabelece norma geral sobre execução indireta de serviços, extingue, ao vagar, cargos conforme especifica, e dá outras providências.
Lei n. 20.198, de 30 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 6 maio 2020	Altera dispositivos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

<p>Lei n. 20.189, de 28 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 28 abr. 2020 Republicada no D.O.E. de 29 abr. 2020</p>	<p>Obriga, no Estado do Paraná, o uso de máscaras enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, e adota outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.187, de 22 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 23 abr. 2020</p>	<p>Dispõe sobre diretrizes e medidas de saúde para o enfrentamento e intervenção imediata em situação de emergência em caso de endemias, epidemias e pandemias, inclusive do Coronavírus - Covid-19, no Estado do Paraná, e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.172, de 7 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 7 abr. 2020</p>	<p>Autoriza a concessão de auxílio emergencial com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná à pessoa economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção humana pelo Coronavírus (Covid-19) nas condições que especifica.</p>
<p>Lei n. 20.171, de 7 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 7 abr. 2020</p>	<p>Altera dispositivo da Lei nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019 e da Lei nº 18.573, de 30 de setembro de 2015.</p>
<p>Lei n. 20.170, de 7 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 7 abr. 2020</p>	<p>Autoriza o Poder Executivo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas a manter os pagamentos, durante estado de emergência nacional pelo coronavírus responsável pelo surto de 2019, a empresas que mantêm contratos para prestação de serviços continuados com a Administração Pública do Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.169, de 7 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 7 abr. 2020</p>	<p>Altera dispositivos da Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.167, de 2 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 2 abr. 2020</p>	<p>Institui o Programa de Recuperação de Créditos – Isenção de Multas e Juros Moratórios a ser desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.</p>
<p>Lei n. 20.166, de 2 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 2 abr. 2020</p>	<p>Altera o art. 4º da Lei nº 19.365, de 20 de dezembro de 2017, que instituiu o Programa de Regularização de Contratos e Ocupação de Imóveis, pertencentes ou incorporados à carteira imobiliária da Companhia de Habitação do Paraná, denominado Morar Legal – Regularização de Ocupação e Titularidade.</p>
<p>Lei n. 20.165, de 2 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 2 abr. 2020</p>	<p>Autoriza concessão de subvenção econômica com recursos do FDE para a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná e para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – PR, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito realizadas no âmbito do Programa Paraná Mais Empregos, conforme especifica.</p>
<p>Lei n. 20.164, de 2 de abril de 2020 Publicada no D.O.E. de 2 abr. 2020</p>	<p>Autoriza a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná a envidar medidas objetivando apoiar a recuperação econômica dos empreendedores formais e informais, além da infraestrutura de Municípios atingidos por emergências, calamidades ou desastres, com oferta de crédito e apoio técnico às atividades econômicas locais.</p>

2.3 DECRETOS

Decreto n. 4.943, de 30 de junho de 2020 Publicado no D.O.E. de 30 jun. 2020	Altera o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019 [que fixa normas referentes a execução orçamentária e financeira].
Decreto n. 4.942, de 30 de junho de 2020 Publicado no D.O.E. de 30 jun. 2020	Dispõe sobre medidas restritivas regionalizadas para o enfrentamento da COVID-19.
Decreto n. 4.935, de 24 de junho de 2020 Publicado no D.O.E. de 24 jun. 2020	Institui o Comitê de Informação e Gestão Estratégica e adota outras providências.
Decreto n. 4.902, de 22 de junho de 2020 Publicado no D.O.E. de 22 jun. 2020	Altera o inciso VII do Art. 5º, inclui o § 5º no Art. 5º e altera o caput do art. 11 do Decreto 6262, de 20 de fevereiro de 2017.
Decreto n. 4.886, de 19 de junho de 2020 Publicado no D.O.E. de 19 jun. 2020	Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, aos municípios do Estado do Paraná.
Decreto n. 4.885, de 19 de junho de 2020 Publicado no D.O.E. de 19 jun. 2020	Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, para os municípios que integram a 2ª Regional da Saúde.
Decreto n. 4.884, de 19 de junho de 2020 Publicado no D.O.E. de 19 jun. 2020	Altera o § 1º do art. 24 do Decreto nº 1.732, de 18 de junho de 2019.
Decreto n. 4.786, de 3 de junho de 2020 Publicado no D.O.E. de 3 jun. 2020 Republicado no D.O.E. de 4 jun. 2020	Altera o Decreto nº 2.674, de 10 de setembro de 2019 [que institui o Plano Paraná Mais Cidades – PPMC].
Decreto n. 4.757, de 28 de maio de 2020 Publicado no D.O.E. de 28 maio 2020	Cria a Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias – COPEC e estabelece procedimentos para a contratação de operações de crédito que afetem a dívida pública estadual.
Decreto n. 4.692, de 25 de maio de 2020 Publicado no D.O.E. de 25 maio 2020	Regulamenta a Lei Estadual nº 20.189, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da COVID-19 enquanto perdurar o estado de calamidade pública, e medidas correlatas.
Decreto n. 4.658, de 14 de maio de 2020 Publicado no D.O.E. de 14 maio 2020	Altera dispositivo do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020.
Decreto n. 4.657, de 13 de maio de 2020 Publicado no D.O.E. de 14 maio 2020	Dispõe sobre a isenção do ICMS relativo à parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica, estabelecida pelas Leis Federais nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, e nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, no respectivo fornecimento a consumidores enquadrados na “subclasse Residencial de Baixa Renda”, como medida de enfrentamento aos efeitos da emergência de saúde pública decorrente de pandemia de Coronavírus.
Decreto n. 4.627, de 12 de maio de 2020 Publicado no D.O.E. de 12 maio 2020	Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, e do Decreto nº 4.312, de 20 de março de 2020.
Decreto n. 4.626, de 7 de maio de 2020 Publicado no D.O.E. de 7 maio 2020	Decreta situação de emergência hídrica no Estado do Paraná pelo período de 180 dias.
Decreto n. 4.570, de 4 de maio de 2020 Publicado no D.O.E. de 4 maio 2020	Regulamenta a Lei nº 20.172, de 7 de abril de 2020, que autorizou a concessão de auxílio emergencial, com recursos do FE-COP, à pessoa economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção humana pelo coronavírus (Covid-19).

Decreto n. 4.569, de 30 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 30 abr. 2020	Introduz alterações no Decreto n. 6.434, de 16 de março de 2017, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo.
Decreto n. 4.552, de 29 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 29 abr. 2020	Aprova procedimentos de cunho orçamentário, financeiro e contábil que se façam necessários por força de incorporações, transformações e extinções de órgãos e entidades ocorridas no âmbito de todas Reformas Administrativas operadas no âmbito do Poder Executivo Estadual.
Decreto n. 4.550, de 28 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 28 abr. 2020	Promove alterações no Decreto 8.654, de 28 de outubro de 2010 [que trata da contratação de estagiários].
Decreto n. 4.547, de 28 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 28 abr. 2020	Dispõe sobre as solicitações de créditos suplementares durante a situação de emergência prevista no Decreto nº 4.298, de 19 de março de 2020 e adota outras providências.
Decreto n. 4.545, de 27 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 17 abr. 2020	Altera o Decreto nº 4.317, de 21 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para a iniciativa privada acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente da COVID-19].
Decreto n. 4.530, de 17 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 17 abr. 2020	Autoriza a suspensão, por 90 (noventa) dias, dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná.
Decreto n. 4.485, de 15 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 15 abr. 2020	Altera o § 6.º do art. 1.º do Decreto nº 4.189, de 25 de maio de 2016 [que define competências e procedimentos para a realização de despesas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná].
Decreto n. 4.482, de 13 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 13 abr. 2020	Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].
Decreto n. 4.474, de 8 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 8 abr. 2020	Introduz alterações no Decreto n.º 6.434, de 16 de março de 2017, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo e disciplina os procedimentos para o enquadramento.
Decreto n. 4.472, de 8 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 8 abr. 2020	Dispõe sobre os processos de hospitais e estabelecimentos temporários perante os órgãos estaduais licenciadores em face da epidemia COVID-19.
Decreto n. 4.435, de 7 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 7 abr. 2020	Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19], e do Decreto nº 4.312, de 20 de março de 2020 [que concede licença especial, de acordo com o art. 4º da Lei Complementar nº 217 de 22 de outubro de 2019].
Decreto n. 4.421, de 3 de abril de 2020 Publicado no D.O.E. de 3 abr. 2020	Altera dispositivo do Decreto nº 4.263, de 18 de março de 2020 [que regulamenta o art. 12 do Decreto nº 4.230/2020, instituindo um plano de monitoramento de fronteiras e divisas, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÕES

Resolução n. 77, de 28 de abril de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 29 abr. 2020	Regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, e dá outras providências.
--	---

3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa n. 155, de 16 de junho de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 22 jun. 2020	Dispõe sobre a Agenda de Obrigações Municipais para o exercício financeiro de 2020, a ser observada pela Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios do Estado do Paraná.
---	--

3.3 PORTARIAS SELECIONADAS

Portaria n. 366, de 26 de junho de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 30 jun. 2020	Dispõe sobre a retomada das atividades presenciais e a tempestividade dos petições dirigidos ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.
Portaria n. 311, de 29 de maio de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 2 jun. 2020	Dispõe sobre a suspensão temporária dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores e membros, ativos e inativos, deste Tribunal de Contas.
Portaria n. 295, de 25 de maio de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 27 maio 2020	Dispõe sobre a retomada das atividades presenciais e a tempestividade dos petições dirigidos ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.
Portaria n. 293, de 22 de maio de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 29 maio 2020	Demuda a Portaria nº 202/20, com vistas a reorganizar o fluxo processual em processos cuja análise preambular tenha recaído sobre o Comitê de Crise para Supervisão e Acompanhamento das Demandas Relacionadas ao Coronavírus - COVID19.
Portaria n. 278, de 13 de maio de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 14 maio 2020	Suspende, com eficácia retroativa à Portaria MS/GM nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, o prazo de validade do Concurso Público para o cargo de Auditor deste Tribunal de Contas, de que trata o Edital nº 01/2015, de acordo com o disposto no item 13.28 do referido Edital.
Portaria n. 277, de 13 de maio de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 14 maio 2020	Dispõe sobre a retomada das atividades presenciais e a tempestividade dos petições dirigidos ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.
Portaria n. 258, de 5 de maio de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 8 maio 2020	Dispõe sobre os prazos aplicáveis às Prestações de Contas Estaduais perante este Tribunal durante as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID19.
Portaria n. 256, de 4 de maio de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 5 maio 2020	Dispõe que fica sem efeito o art. 1º, §3º, da Portaria nº 178/2018, retornando, com isso, a normalidade da publicação e disponibilização do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas às 9h da manhã.

<p>Portaria n. 253, de 28 de abril de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 29 abr. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a reabertura dos prazos processuais e administrativos, a retomada das atividades presenciais, e jornada de trabalho no âmbito do Tribunal de Contas, e dá outras providências.</p>
<p>Portaria n. 220, de 6 de abril de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 8 abr. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação dos prazos das prestações de contas das transferências voluntárias no Sistema Integrado de Transferências - SIT durante as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID19.</p>